

Governo acende ‘sinal amarelo’ para déficit externo

Técnicos destacam que preocupação está no médio prazo, principalmente se rombo se seguir nos patamares atuais

Por **Estevão Taia**r — De Brasília

03/11/2025 05h01 · Atualizado há 2 horas

As contas externas do Brasil seguem protegidas por investimentos de longo prazo e reservas internacionais. Mas o déficit em conta corrente rodando perto de 3,6% do Produto Interno Bruto (PIB) desde o começo do ano acende um “sinal amarelo” - principalmente se o indicador se mantiver nesse patamar por períodos prolongados ou aumentar ainda mais. A avaliação é de técnicos do governo federal ouvidos pelo **Valor**.

As transações em conta corrente medem a diferença entre o que o país gasta e recebe, por exemplo, nas transações internacionais relativas a: comércio e serviços e remessas pessoais; de lucros e dividendos por empresas. Um déficit maior pode sinalizar aspectos positivos do ciclo econômico, como um crescimento elevado da atividade. Mas também pode indicar gargalos da economia, com poupança interna baixa, e aumentar a pressão sobre o câmbio.

Conforme divulgado no mês passado pelo Banco Central (BC), o déficit em conta corrente acumulado em 12 meses alcançou US\$ 78,9 bilhões em setembro, o equivalente a 3,61% do Produto Interno Bruto (PIB). O indicador vem oscilando em torno desse patamar desde fevereiro, influenciado principalmente pelo crescimento das importações de bens. Há um ano, o déficit estava em US\$ 49,8 bilhões, ou 2,23% do PIB.

Para uma fonte do governo federal, os números que vêm sendo registrados desde o começo de 2025 são “uma luz amarela no médio prazo, que exige atenção caso haja muita deterioração”.

“Em termos de proporção do PIB, já tivemos momentos piores. Ou seja, não é nada alarmante no momento”, diz. “Mas países emergentes com grandes déficits em conta corrente costumam ter algumas dificuldades no balanço de pagamentos.” O balanço de pagamentos mostra uma visão mais ampla das contas externas, incluindo, por exemplo, investimentos em ações e títulos de dívida.

Outra fonte também afirma que os números são um “sinal amarelo” e que o governo acompanha os movimentos “com atenção, mas sem precipitação”. Essa fonte destaca que o déficit de US\$ 9,7 bilhões registrado em setembro foi fortemente influenciado por um fator pontual: a importação de uma plataforma no montante de US\$ 2,4 bilhões. Mas também afirma que é “usual” ver déficit maiores com a atividade econômica em alta e que desequilíbrios podem fazer parte do processo de crescimento econômico.

“Não vimos isso [déficits em conta corrente elevados] entre 2004 e 2008 por causa do desempenho extraordinário das commodities”, afirma.

Para uma terceira fonte, a situação “preocupa, mas não no curto prazo”. “Se for algo que se repete todo ano, pode se tornar um problema”, diz. Essa fonte lembra que há cálculos que indicam que as importações de bens no Brasil crescem em ritmo três vezes superior à demanda interna, o que pressiona as transações correntes.

Um fator que ajuda a financiar os déficits em conta corrente são os chamados Investimentos Diretos no País (IDP). Entram nessa conta recursos de longo prazo, como aqueles destinados à participação no capital e os empréstimos diretos concedidos por matrizes de empresas multinacionais as suas filiais no país e vice-versa, assim como o retorno de investimento brasileiro no exterior.

Historicamente, o IDP acumulado em 12 meses roda acima do déficit em conta corrente, com algumas exceções. Nos últimos meses, por exemplo, essa lógica tem se invertido. Em setembro, o IDP acumulado ficou em US\$ 75,8 bilhões, ou 3,47% do PIB, o que significa 0,14 ponto percentual a menos que o déficit.

Mesmo assim, as projeções do mercado, segundo o boletim Focus do BC, indicam que o IDP seguirá financiando com folga na casa dos US\$ 5 bilhões anuais o déficit até 2028. Além disso, como mostrou o **Valor**, o Brasil foi o segundo país que recebeu maior fluxo de IDP entre janeiro e junho deste ano (US\$ 38 bilhões, atrás apenas dos US\$ 149 bilhões dos Estados Unidos), segundo a Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE).

Outro fator que dá segurança para as contas externas do Brasil são as reservas internacionais, que em outubro estavam em US\$ 359 bilhões, segundo o BC.

Para **Silvio Campos Neto**, economista da Tendências Consultoria, a dinâmica do déficit “acende sim uma luz amarela, mas não chega a mudar a posição de baixa vulnerabilidade das contas externas do país”. Além do IDP e das reservas, ele destaca as exportações do agronegócio, de petróleo e de minerais como fontes de equilíbrio para a economia brasileira.

“Houve sim uma deterioração nessa dinâmica do déficit em conta corrente”, afirma. “Junto com a inflação, isso mostra os limites de um crescimento econômico acima do potencial impulsionado por estímulos à demanda interna.”

Ele lembra que parte desse crescimento acima do potencial “acaba vazando para o exterior”, por meio da importação ou por remessa de lucros e dividendos. “Tudo isso é mais um sinal de que não dá para crescer a qualquer custo.”

O economista destaca, no entanto, que o BC já vem atuando para moderar o crescimento da atividade. Entre julho de 2024 e junho deste ano, a autoridade monetária elevou a Selic de 10,5% para 15%, sempre em termos anuais. Além disso, afirmou que “seguirá vigilante, avaliando se a manutenção do nível corrente da taxa de juros por período bastante prolongado é suficiente para assegurar a convergência da inflação à meta”.

Para o ano que vem, o BC projeta déficit em conta corrente de US\$ 58 bilhões, abaixo das estimativas de US\$ 70 bilhões tanto para o déficit este ano quanto para o IDP do ano que vem. O BC calcula, no caso dos bens, aumento das exportações e estabilidade das importações. Também projeta “pequenos recuos dos déficits” de serviços e renda primária, que leva em conta lucros e dividendos. Os movimentos são reflexos justamente “do menor dinamismo da atividade econômica” causado pela política monetária, diz o BC. Procurado, o Ministério da Fazenda não comentou.